



**Trabalho de Conclusão de Curso**  
**Curso de Relações Internacionais**  
**TCC em Formato de Artigo Científico Conforme Definido Pelo Regulamento de TCC**  
**Projeto Pedagógico de Curso do Curso de Relações Internacionais em Cumprimento das**  
**DCNs do Curso de Relações Internacionais (MEC/CNE)**

Título do Trabalho: A RELAÇÃO DA FRANÇA COM A ARGENTINA NA TRANSFERÊNCIA DAS TÉCNICAS DE TORTURA NA GUERRA ANTI-SUBVERSIVA DO PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO NACIONAL

Nome do(a) Estudante: Igor de Souza Almeida

Nome do(a) Orientador(a): Prof. Dr. Fábio Luis Barbosa dos Santos

Ano de Depósito: 2020

**RESUMO**

O principal objetivo da pesquisa é estudar e compreender o relacionamento e a cooperação da França com a Argentina no pós Segunda Guerra Mundial e como atuou o processo de transferência teórica e metodologia das técnicas de tortura que foram utilizadas no autodenominado Processo de Reorganização Nacional no Estado argentino entre 1976 e 1983. Procura-se delinear quais foram os processos de produção teórica e o desenvolvimento das técnicas pelo imperialismo francês no continente africano durante a guerra de descolonização da Argélia. Passa-se, em seguida, pelo processo de intercâmbio militar franco-argentino, onde a influência francesa lançou as bases para a guerra suja no território nacional da Argentina. Por último, busca analisar os aspectos intrínsecos do terrorismo de estado promovido sistematicamente por meio da procura na aniquilação do inimigo interno e a aplicação dos métodos de tortura e seus formatos e desenvolvimento particular durante o Processo de Reorganização Nacional.

## ABSTRACT

The main objective of the research is to study and understand France's relationship and cooperation with Argentina in the post-World War II era and how the process of theoretical and methodological transfer of the torture techniques that were used in the National Reorganization Process in the Argentine State between 1976 and 1983. It seeks to outline what were the processes of theoretical production and the development of techniques by French imperialism on the African continent during the war of decolonization in Algeria. It goes through the Franco-Argentine military exchange process, where French influence laid the foundation for the dirty war in Argentine territory. Finally, it seeks to analyze the intrinsic aspects of state terrorism promoted systematically through the search for the annihilation of the internal enemy and the application of torture methods and their formats and particular development during the Nacional Reorganization Process.

## PALAVRAS CHAVE

Técnicas de tortura; Ditadura Argentina; Guerra Revolucionária; Subversão; Terrorismo de Estado; Guerra Suja

## **Introdução**

O presente trabalho procura investigar a relação militar francesa e argentina após a Segunda Guerra Mundial, dentro do contexto da Guerra Fria. Durante o fim da década de 1950 e durante os anos 1960, estima-se que a produção teórica francesa da guerra tenha influenciado o formato e os meios de se fazer a guerra. A contraposição com sua forma tradicional ficaria conhecida como a guerra moderna, que possui pressupostos próprios e se contrasta com a maneira tradicional. Os meios antigos e tradicionais de se fazer guerra já não seriam mais viáveis e se tornaram ultrapassados diante das inovações técnico-científicas e da mudança nos hábitos societários que ocorreram permeando os conflitos mundiais. No decorrer das guerras de descolonização de países do terceiro mundo, localizadas nos continentes africanos e asiáticos, haveria dentro dos círculos militares hegemônicos o despontar de novas formas de pensamento que procuraria, por meio da exploração das relações civis, promover uma reviravolta no arcabouço teórico do confronto, este novo modelo contaria com formas diferenciadas de explorar a tortura e a aplicação constante do terror nos meios sociais. Com o avanço do comunismo em diversos países ao redor do globo e o sentimento de ameaça experimentado nos países ocidentais, os novos métodos foram exportados para diversas ditaduras da América do Sul para serem aplicadas de forma a minar qualquer pensamento e atuação revolucionária no continente. O trabalho pautará, especificamente, a última Ditadura Militar argentina conhecida como o Processo de Reorganização Nacional, que se iniciaria na década seguinte, em 1976.

Procura-se, por meio do presente estudo, responder como foi a relação francesa com a Argentina e como foi feita a transferência das técnicas de tortura, ou seja, como ideais plantados dentro do contexto de descolonização africana desembarcaram nas ditaduras do cone sul, em especial, na Argentina. Investiga-se como foi a relação histórica entre os dois países para que as técnicas utilizadas pelos militares franceses durante o processo de descolonização na África do Magreb abarcasse dentro do cotidiano e da vivência civil e militar da Ditadura da Argentina. Doravante a influência e as diretrizes estabelecidas, dentro do país, concebe-se que os métodos foram aperfeiçoados e levados adiante sob medidas e circunstâncias locais, segundo preceitos ideológicos e geográficos.

Entende-se que a França desempenhou um papel de extrema importância com sua produção teórica acerca da guerra moderna e dos estudos a repressão a insurgências, tendo sido um dos expoentes nesse campo de atuação. Haveria dentro da produção científica, a promoção de novas técnicas de tortura e métodos de terror onde se procura explorar as tensões específicas internas de determinada população. A primeira utilização prática ocorreu dentro da guerra de descolonização do Magreb, que incluiu a Revolução Argelina, onde a população civil e os rebeldes serviram de experimentos práticos e científicos como centros de ensaio e local de estudo das forças argentinas. Busca-se assimilar e interligar a utilização sistemática por parte dos militares argentinos no Processo de Reorganização Nacional empreendido entre os anos 1976 e 1983 com a utilização original no conflito de descolonização, como forma de suprimir qualquer forma de pensamento comunista, marxista e nacionalista dentro do território interno nacional.

A análise da pesquisa procura responder como foi feito o processo teórico de transferência dos métodos e tortura utilizadas pela França até a ditadura na Argentina. Explora-se a produção teórica e a contextualização histórica, além da aplicação de conceitos e a utilização de exemplos concretos adaptados ao contexto regional. Pauta-se suas consequências na aplicação de novas metodologias, novas formas de pensar o conflito e novos ideais éticos envolvidos dentro do contexto da guerra moderna. Utiliza-se autores clássicos que abordam o assunto, como os escritos de Aron (1962) para se tratar da Revolução Argelina, os escritos teóricos de Roger Trinquier (1965) da guerra, Novaro e Palermo (2007) sobre o Processo de Reorganização Nacional e por Cañon Voirin (2020) que tratou majoritariamente sobre o terrorismo de estado na Argentina.

O desenvolvimento do presente trabalho segue o paralelo histórico com a Guerra de descolonização da Argélia e a produção teórica da guerra desenvolvida durante o processo. Utiliza-se do autor Roger Trinquier (1965) e suas ideias para explicar a utilização e os conceitos explorados no conflito e momento documentado. Em um segundo momento, procura-se pautar a relação histórica da aproximação da Argentina com a França por meio de intercâmbios militares a partir do início da segunda metade do século XX, investiga-se por meio da análise historiográfica, o contexto vivido pelos militares no momento da aproximação e o golpe militar que os fizeram chegar ao poder e os conceitos ideológicos que os levaram a escolher um denominador comum sobre o inimigo interno, além da sinalização

de como seria o desenrolar da última Ditadura da Argentina, conhecido como o Processo de Reorganização Nacional.

Por último, a terceira análise busca explicar o terrorismo e sua ramificação e desdobramento quando causada pelo Estado nacional, conhecido como Terrorismo de Estado. Pontua-se suas características teóricas e formato regional de utilização, denominado como Guerra Suja, dentro do país estudado. Além disso, faz-se uma análise sobre a estrutura de repressão montada para a realização da perseguição, pontua-se as características de tortura impostas pelo regime militar, utilizando de exemplos concretos de como a influência francesa levou à criação regional e nacional de métodos próprios, além do aperfeiçoamento dos métodos tradicionais e sua finalidade almejada.

Portanto o campo de delimitação imposto é o plano histórico dentro do processo de cooperação e intercâmbio militar até o final do autodenominado Processo de Reorganização Nacional e também o campo teórico do desenvolvimento de ideias sobre a guerra e a ciência da tortura e aplicação da mesma. O presente estudo foi escolhido a partir da necessidade atual de expor a problemática dos regimes militares, a forma de atuação pelo qual eles agem e o sistema antidemocrático e violento pelo qual sistematizam. A problemática surge em um momento em que é visto o crescente apelo ao retorno das ditaduras por parte de setores conservadores da sociedade. Faz-se necessário evidenciar as origens da guerra suja e sua atuação nos países latino-americanos, especialmente, na Argentina e suas implicações no tecido social.

## **A produção teórica da guerra dentro da Revolução Argelina**

A análise inicial do trabalho orienta-se dentro do plano histórico da dominação francesa no continente africano, especificamente, na Argélia. O país passou por um processo de domínio e colonização francesa entre os anos 1830-1962<sup>1</sup>. A Argélia, desde o início do processo de colonização, encaminhou-se para servir de colônia de povoamento por parte dos franceses, onde expropriaram terras dos nativos para servirem de local de moradia para os que ficariam conhecidos como *pied-noirs*. Esses colonos se tornaram a camada social da elite

---

<sup>1</sup> Coube a Argélia ser a primeira região ocupada pelos franceses no séc. XIX, com um custo humano considerável, embora compensador do ponto de vista econômico.” (YAZBEK; 2010, p. 22)

argelina e grande propulsora de desigualdades e segregação<sup>2</sup>. Foi nesse contexto colonial que surgiram diversas organizações nacionalistas até que em 1954 surgiu o Comitê Revolucionário de Unidade e Ação, e o seu braço armado, conhecido como Frente de Libertação Nacional (FLN).

Com base nas falsas promessas de libertação da Argélia por parte do governo da França depois dos embates da Segunda Guerra Mundial, se empreende uma série de revoltas populares no interior do país por parte dos muçulmanos, a camada social que sentia-se excluída politicamente pela potência hegemônica, e há a contestação do imperialismo francês (HRBEK, 2010). Este confronto provocou batalhas intensas, tornando a guerra de descolonização, conhecida como Revolução Argelina, um dos mais sangrentos e violentos processos de descolonização da época. A rebelião nacionalista encabeçada pela Frente de Libertação Nacional (FLN), provocou tensões internas dentro do país e há uma série de conflitos pela libertação argelina por todo o território. A Revolução Argelina seria considerada, internamente pela nação colonizadora, como a continuidade do processo de esfacelamento do império francês pelo mundo, visto que ocorreu logo após a perda da guerra de descolonização do território situado no pacífico: a Indochina.

A França, que recentemente havia perdido a guerra de descolonização na Indochina, enxergaria a guerra travada na Argélia como um processo de continuidade de perdas, sentindo-se ameaçada pelos grandes avanços das forças de libertação. Durante o tempo em que percebeu o desenvolvimento dos conflitos, procurou não poupar esforços em reverter as grandes perdas que havia obtido outrora na região do pacífico e há um grande investimento na retaliação e na tentativa de conter os crescentes movimentos de libertação que ascendiam na colônia.

A Revolução Argelina, foi um conflito iniciado por nacionalistas, com forte teor religioso, buscando a libertação das opressões advindas da potência colonial há décadas. O conflito foi extremamente violento, o qual estima-se que houve a morte de cerca de 300 mil civis por todo o país<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Pode-se afirmar que as mesmas elites que anteriormente apoiavam a gradual assimilação pela França, passaram a travar disputas internas pelo poder infra-estrutural nestes novos Estados (DIALLO, 2015)

<sup>3</sup> Às vezes governantes, particularmente em ditaduras brutais, mas também em democracias, empreendem atos de tipo terrorista fora do contexto de uma guerra justa.(...) Os franceses se envolveram no uso extenso da tortura durante a brutal guerra anticolonial na Argélia de 1955 a 1962. Um número estimado em um milhão de argelinos foram mortos em sua luta anticolonial contra a França. Soldados franceses estupraram muitas mulheres argelinas. Algumas dezenas de milhares de argelinos que lutaram do lado dos franceses durante a

“Então, os argelianos saíram às ruas [...]. A demonstração a princípio pacífica foi interrompida pela intervenção inesperada do exército francês, auxiliado pelos soldados senegaleses. A permissão de abater muçulmanos nas ruas foi estendida aos colonos, que se emularam com a Legião Estrangeira no saque e no assassinato. O ódio, misto de medo, dos colonos tornou incontrollável a sublevação armada em Sétif e Ghelma, onde o povo revidou o massacre, atacando alguns centros de colonização.” (POERNER, 1966, p.24)

O marco fundamental do conflito seria a Batalha de Argel em março de 1957, onde a notória forma de repressão tornou-se uma referência em questões de metodologia repressiva e psicológica onde as bases teóricas e práticas da guerra moderna já haviam sido lançadas e postas em ação. A batalha na cidade de Argel se mostra determinante na luta e no processo de independência da Argélia. Enquanto as ações por parte da Força Nacional de Libertação procuram atuar com métodos de guerrilha, os militares franceses pautaram-se na utilização de repressão e tortura, além da utilização constante de armas químicas como a bomba de napalm para a eliminação física do movimento e dos rebeldes. O processo de descolonização argelino teve um grande impacto social dentro da sociedade francesa.

“Também na Argélia a estratégia francesa encontra dificuldade em alcançar uma vitória militar que deveria ser total para ser incontestável, e que a natureza do conflito (a guerrilha), disperso pelo interior do país e alimentado por interesses externos, impede. Contudo, há um outro argumento que se opõe a todos esses argumentos clássicos: a guerrilha também não pode vencer o exército regular. Se os governantes estiverem dispostos a gastar centenas de bilhões de francos por ano pelo tempo que for necessário; se o exército considerar normal a caça aos guerrilheiros; se a opinião pública da metrópole aceitar este conflito prolongado e os sacrifícios que lhe impõe, a impossibilidade da vitória parece bilateral, tão evidente para os rebeldes quanto para as forças legais. Os franceses que moram na Argélia são tão obstinados quanto os rebeldes e transmitiram este sentimento a uma parte dos franceses da metrópole. É pouco provável que esta obstinação altere o desenlace, mas não há dúvida de que modifica o ritmo dos acontecimentos.” (ARON, 1962: p. 86)

---

guerra foram posteriormente abandonados pelos franceses e massacrados quando os franceses se retiraram da Argélia (COHAN - 2006, p. 927, tradução livre).

Chegando ao final da guerra já no início dos anos 1960, o governo francês, sob tutela do General Charles de Gaulle, foi obrigado a aceitar a autodeterminação do povo argelino<sup>4</sup>.

A Revolução Argelina foi palco de uma série de experimentos formulados por teóricos franceses que desenvolveram diversas técnicas de tortura, onde se cunhou os novos métodos e atualizou a forma de se fazer guerra, levando em consideração os pressupostos psicológicos da população, mesclando e tornando o ato de se fazer guerra um mecanismo de relações civis-militares em toda sua extensão. A guerra tornou-se a inspiração para as bases teóricas e práticas que seriam utilizadas na guerra suja argentina que seria promovida pelos governos do Processo a partir de 1976.

Os teóricos de guerra da França, estabelecidos nas grandes escolas superiores de guerra do país, examinam de forma ideológica a revolução comunista ocorrida na China, pelo líder e revolucionário Mao-Tsé-Tung<sup>5</sup>. Ocorreu, dessa forma, uma mudança no paradigma e na forma de pensar o comunismo e a forma como se espalhava pelo mundo. Os teóricos construíram diversas obras e uma ampla bibliografia para explicar o desenrolar dos acontecimentos que estavam em curso no período. Os teóricos franceses da guerra não procuraram pautar as naturezas individuais dos conflitos que ocorriam e reúnem todos conflitos vigentes dentro de um mesmo conceito. O intuito era abranger todos os acontecimentos que estavam acontecendo pelo mundo com maior vigor e relacioná-los. Para eles, se tratava de uma cruzada do marxismo-leninismo para a conquista e dominação do “mundo livre”, no qual se compreende o mundo ocidental e capitalista (MAZZEI, 2013). Dentro dos meios militares franceses, cunha-se o termo: *guerra revolucionária*.

Promover a guerra revolucionária no contexto das relações civis faz com que as pessoas entendam e afirmam sem hesitação que, se uma sociedade democrática não pode fornecer ao exército o apoio necessário para conter o progresso do comunismo e do marxismo, então é necessário mudar a sociedade em vez de mudar exército. Em outras palavras, a doutrina da *guerre révolutionnaire* trazia embutida em seus preceitos um projeto

---

<sup>4</sup> Ao fim de alguns anos, a F.L.N. da Argélia passou de um bando de "rebeldes" a um "governo no exílio"; dentro de alguns anos, a Frente atuará livremente no interior das fronteiras de uma Argélia independente, em nome da soberania nacional.”(ARON, 1962: p. 170)

<sup>5</sup> O avanço do exército de Mao foi sobretudo o produto do recrutamento massivo do campesinato revolucionário e do paralelo colapso do exército camponês de Chiang, que foi contaminado pela revolução e pela fome de terras.[...] A política do PCC no governo da RPC foi assim resumida por Mao, em 1950: "Nós entendemos que a meta desta revolução não é acabar com a burguesia em geral, mas é acabar com a. opressão nacional e feudal [...]" (COGGIOLA, 2015)



de intervenção militar na sociedade para que se fizesse jus às suas vontades ideológicas. (MARTINS FILHO, 2008)

Um dos pressupostos fundamentais da doutrina francesa nascente era a ideia de que o controle das informações é o elemento decisivo da guerra revolucionária. Por esse motivo seria impossível combater esse inimigo, a cruzada comunista, sem um comando político-militar unificado que soubesse se infiltrar nas massas, orientando e filtrando as informações paulatinamente. Assim, essa doutrina entrou historicamente no campo das relações civis-militares. A guerra revolucionária se explica por não ser declarada oficialmente, porém sua existência é veraz e legítima, como também não opera como a guerra clássica, na medida em que se realiza sem reparar os meios, não possui princípios éticos e afeta todo o ordenamento nacional procurando debilitar as defesas para alcançar o poder. Para a teorização francesa, as insurgências e guerrilhas nacionalistas são vistas como guerra.

Para os autores militares, o comunismo estava sempre por trás de todas as guerras revolucionárias e subversivas do período. A presença e a influência da União Soviética fazia com que as populações coloniais começassem a questionar as potências hegemônicas, como forma estratégica de espalhar o comunismo no plano internacional, provocando conflitos e enfrentamentos. A guerra travada na Argélia foi pensada, dentro da determinada teoria e contexto histórico, como uma criação artificial da FLN com alento dos marxistas que procuravam criar um pseudo nacionalismo reivindicativo para colocar a potência colonial em um papel de opressor e assegurar que houvesse o triunfo das forças nacionalistas a qualquer custo, inclusive pela ressurreição armada. O intuito iria transformar-se depois de ganhar a guerra, havendo a remoção da potência colonial, provoca-se uma incessante crise social e econômica para instaurar o partido comunista no governo, permitindo assim, a reforma do modelo econômico do país.

Desde o início das revoluções e processos de independência, os países centrais procuraram uma forma de encaixar e teorizar sobre os acontecimentos dentro da realidade que se fazia latente. Doravante os teóricos militares surge também o conceito de *guerra subversiva* que tenta enquadrar os movimentos contra as forças dominantes como reações comunistas. A guerra subversiva foi definida pelos militares franceses como uma guerra dirigida dentro de um território dependente contra uma autoridade de direito, em que a população a considera como inimiga. Dentro dela há a possibilidade de ter o apoio

internacional ou não e tem como objetivo de tomar o controle do território das autoridades vigentes ou pelo menos paralisar (GRAND D'ESNON, 1960)

Roger Trinquier é um oficial e autor francês, que atuou na II Guerra Mundial, foi responsável e é um dos cérebros principais na ideologia da guerra suja e teórico da contra-insurgência. Foi professor emérito das Escolas das Américas, além de ser responsável por colocar a prática da tortura dentro dos meios militares como o principal método de atuar na guerra contrarrevolucionária moderna. O autor é ligado com a utilização primária das técnicas de tortura de teor psicológico dentro do contexto das descolonizações, como na guerra da Indochina e Argélia e, posteriormente, com a ditaduras do cone sul como na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai.

O general, é responsável pela criação e escrita do livro e o termo homônimo *Modern Warfare* (1965), ou seja, a máquina de guerra moderna. Inspira-se através dos escritos de Clausewitz (1832) de que a guerra tradicional seria uma forma de tomar o território de um adversário, enquanto na guerra revolucionária o território a ser conquistado seria a população pela qual deveria-se lutar pela conquista das “mentes” e pelos “espírito dos homens”. Portanto o dever seria de cativar a população a lutar pelo seu lado a qualquer custo, inclusive pela coerção. O papel da guerra contra revolucionária seria de atuar para neutralizar a população civil para que cessassem de lutar contra o poder dominante e a teorização aumentou a importância de haver ações psicológicas diretas dentro dos civis, detendo tanta importância quanto a artilharia ou exército em uma guerra clássica.

A máquina de guerra moderna, como analisada por Trinquier (1965), utiliza de pressupostos fundamentais que podem ser explicados como sendo um conjunto de ações políticas, econômicas, psicológicas e militares que atuam juntamente para derrubar a autoridade política vigente estabelecida em determinado Estado, substituindo por outro. O autor procura teorizar e explicar sobre como se deve explorar as tensões sociais internas do país atacado, sejam elas ideológicas, sociais, religiosas ou econômicas, para alcançar os objetivos.

Dentro da análise de Trinquier (1965), o inimigo não busca alcançar os objetivos por meio do uso de armas, mas sim por ações pontuais. As ações pontuais podem ser atentados terroristas, mobilização das massas, ações de propaganda, entre outros, e dessa forma traria uma situação de vulnerabilidade de segurança dentro a população civil e faria com que as

forças regulares governamentais impotentes e potencialmente incapazes de proporcionar uma sensação de segurança, visto a impunidade a que gozava esses tipos de ataques.

Em decorrências das premissas expostas pelo general, em confluência com os demais teóricos franceses, os militares envolvidos com o processo de descolonização puseram em prática uma série de experimentos de torturas sociais contra a população argelina, colocando em prática uma série de práticas de execuções, desaparecimentos e assassinatos em massa, todas apoiadas e fundamentada pela ciência da guerra.

O oficial francês foi o inventor do sistema de busca da informação na França conhecido como Destacamentos Operacionais de Proteção (DOP), o qual tinha a tarefa de interrogar os rebeldes argelinos para arrancar informações da organização político-administrativa por meio da utilização de métodos de tortura, além de realizar prisões ilegais e o desaparecimento e eliminação dos suspeitos em lugares ocultos. A Argentina, como também outras ditaduras do cone sul, aderiu a esse método por meio das forças tarefa que buscavam suspeitos por meio de militares e policiais disfarçados de civis durante a noite, em sua maioria.

Na Argentina, há uma divisão entre a influência americana e francesa no contexto militar da Guerra Fria, e os argentinos optaram por se aproximar da França, ao se tratar por relações anti-subversão. A abordagem francesa era militar ou quase exclusivamente militar, enquanto a da América do Norte era global baseada, principalmente, em ideologias ou escopos ideológicos. Para os franceses, o conflito mundial em curso não era um conflito limitado a fins específicos, como ideológicos ou psicológicos, era um conflito mais amplo e se tratava de uma guerra em que cada adversário usa todas as forças disponíveis, violentas e pacíficas, para fazer com que a outra parte cesse e seja conquistada, forçando a renúncia de seus objetivos políticos.

A Argentina preferiu, ao eleger os princípios franceses, realizar uma mudança para o termo “guerra revolucionária” que seriam os atos praticados pelos militares para lutar contra a subversão e aplicação de métodos de tortura, em contraposição com “guerra antirevolucionária” que seria o causado pelos subversivos dentro do contexto local. A aplicação do termo variou em relação a utilização original cunhada pelos franceses. (MAZZEI, 2013)

A teoria da guerra contra-revolucionária produziu um impacto violento dentro do exército argentino, onde provocou um desequilíbrio dentro das lideranças gerais e

impactou a criação de neurose e psicose contra o comunismo, onde a intolerância e tendência de atuar partiam de uma sobrevalorização do perigo e por outro lado, empregava pouca estratégia (ORSOLINI, 1964)

## **A missão militar e a subversão como inimigo interno**

Para fazer a análise histórica da aproximação francesa com a Argentina, é necessário traçar uma linha para entender a movimentação política nacional em relação ao populismo argentino que levou ao poder o Presidente Juan Domingos Perón<sup>6</sup>. O ex-presidente argentino foi responsável pela fundação de um movimento político que possui até hoje grande protagonismo na política nacional do país e o fim de seu governo representou um deslocamento institucional abrupto.

No início do primeiro governo de Juan Domingos Perón, entre os anos de 1946-1952, houve um processo de aproximação tímida, porém contundente, com o militarismo francês. A explicação para esse início de aproximação se faz a partir do fim da Segunda Guerra Mundial e a adaptação da visão francesa sobre a nova forma de se fazer a guerra. Estes aspectos incluíam na abrangência a totalidade global, pois se pautava numa realidade existente no contexto histórico de processos de descolonização e revoluções comunistas. A ideologia dominante determinava que se deveria aplicar toda e qualquer tipo de força disponível, violenta ou não, para que se alcançasse os seus objetivos e obrigasse o adversário a renunciar aos objetivos políticos. (CAMPS, 1981)

Dentro desse momento histórico houve também uma aproximação e uma relação direta com o exército estadunidense, porém por questões ideológicas, não houve predominância dentro dos círculos militares nacionais. A abordagem norte-americana tratava o conflito como uma luta quase exclusivamente militar e a visão francesa de incorporação mundial abrangeu e influenciou de forma eficaz os militares argentinos.

Após a finalização turbulenta do governo de Perón, houve uma sucessão de crises hegemônicas na Argentina. A partir de 1955, as Forças Armadas do país executam diversos golpes militares sob pretexto de buscar estabilidade, credibilidade nacional e evitar o retorno

---

<sup>6</sup> O coronel Perón conseguiu mobilizar um amplo movimento político a seu favor, que o possibilitou de vencer as eleições de fevereiro de 1946. Além disso, ele contava com o apoio de segmentos do radicalismo, grupos sindicais e Forças Armadas. (ROMERO, 2006)

do peronismo, os militares argentinos se tornaram um ator central na estruturação de um discurso cultural e ideológico pautadas na lógica da guerra moderna e da Doutrina de Segurança Nacional.

O principal órgão de difusão de ideais dentro do contexto nacional argentino se trata da Revista da Escola Superior de Guerra. A revista é uma publicação trimestral atuante desde 1922. Durante o início da publicação até 1957 pautava artigos históricos pertinentes às vitórias militares e depois relacionados à Segunda Guerra Mundial, em sua maioria, publicações com valor histórico e geopolítico. Percebe-se que a partir da aproximação com os franceses, há mudança na produção de conteúdos e diferenciação das pautas dos artigos publicados dentro da revista. Alicerçado na influência francesa e na aproximação militar iniciou-se a contemplação de assuntos relacionados às novas formas de guerra, como a atômica e a revolucionária. Dentre os temas desenvolvidos a partir desse período de aproximação histórica estão as pautas da guerra revolucionária comunista e as táticas e estratégias para enfrentar as guerrilhas.

As estratégias, doutrinas e formas de atuação passaram a fluir continuamente havendo um intercâmbio intenso de militares e ideias nesse processo. Com a aproximação militar francesa com a Argentina de forma mais intensa no final da década de 1950, os generais franceses autorizaram e convidaram cerca de 60 soldados argentinos para um estudo de campo, localizado em plena guerra de libertação da Argélia (FEBBRO, 2012). O convite foi para a realização de cursos especiais dentro de um ciclo de estudo sobre a guerra revolucionária comunista e suas formas de atuação e as recém fabricadas teorias e práticas da guerra moderna. A presença dos argentinos no local estreitou as relações e laços militares que possibilitaram o pontapé na infiltração teórica e ideológica dentro dos círculos militares do país sul americano.

Foi a partir do ano de 1960 em que se instala uma missão militar francesa permanente em solo argentino. O intuito da presença física militar francesa na região foi de relacionar e levar adiante o intercâmbio bélico para que o exército argentino pudesse se preparar para a guerra subversiva que estaria sendo travada pelos comunistas contra o mundo livre. Procuraram prover bibliografia e a instrução acerca dos métodos, considerados modernos, de abordagem para se tratar de rebeliões e subversão civil na sociedade argentina.

Neste mesmo ano, houve em Buenos Aires a realização do Curso Interamericano de Guerra Contra Revolucionária, no qual o objetivo era a capacitação de planejamento,

condução e execução da guerra contra revolucionária nos moldes teóricos franceses para combater efetivamente o comunismo que ameaçava e se espalhava pelas camadas sociais de todo o mundo. Dentre os aspectos estudados no curso esteve presente a literatura marxista, suas origens e finalidades, estudos sobre os métodos ordinários de adentrar o cotidiano na vida nacional dos povos e técnicas para prevenir e combater o comunismo. A missão militar francesa em conjunto com os militares nacionais argentinos em Buenos Aires colaborou para a realização de uma internacionalização e depois de uma concepção e construção intrínseca do inimigo interno, este seria o mal a ser combatido (MAZZEI, 2013)

A missão militar francesa que aportou em solos argentinos se apresentou, majoritariamente, de um grupo de tarefas especiais de ex-paraquedistas que atuaram nas guerras de descolonização da Indochina e da Argélia. Estes, não pouparam esforços para manter a união do império francês, batalharam de forma feroz e alienada contra as insurgências nacionalistas e mantiveram a aversão sobre a população civil dos países em subdesenvolvimento, colocando-os como o inimigo da França. Em adição a esses fatores, também possuíam a característica de atuar quase como uma seita, possuindo ritos e lendas próprias, além de uma sensação de superioridade causada pela ira carregada. Pela experiência vivida na Indochina, pautavam o comunismo como maior ameaça da civilização ocidental e deveria ser o marxismo e seus ideais combatidos de qualquer forma e sob qualquer custo. Por isso passaram a atuar e ensinar as maneiras ilegais de se fazer a guerra, iniciando a cruzada da guerra contra revolucionária de maneira internacional. Foram utilizados pelo governo francês como propagadores ideológicos e atuaram no treinamento internacional de militares. (MAZZEI, 2013)

No final da missão francesa em território argentino, os próprios militares começaram os escritos em publicações nacionais, como dentro da Revista da Escola Superior de Guerra, sobre a guerra revolucionária e a luta contra a subversão. A própria Escola Superior de Guerra da Argentina incorporou e reconheceu inicialmente que se deveria aplicar novos métodos, doutrinas e planos como consequência da evolução da guerra moderna. A publicação de artigos sobre o tema descreveu a ação contra revolucionária como “guerra sem quartel, sem transição possível, onde todos os métodos de luta são lícitos e, por isso, resulta muitas vezes em ações cruéis antiéticas” (VILLEGAS, 1962)

A Ditadura Argentina, que foi autodenominada como o Processo de Reorganização Nacional (PRN) foi estabelecida por meio de uma junta armada em um golpe militar no dia

24 de março de 1976. Nesse momento se depôs a presidente eleita da República Argentina María Estela Martínez Perón, conhecida pelo seu apelido Isabelita Perón, que era vice na chapa que elegeu Perón em 1973 e assumiu após a morte de seu marido, em julho de 1974, sob um pretexto de crise institucional, violência política e uma crise econômica de grandes magnitudes. Foi a primeira vez que um golpe de Estado seria formado por uma junta contendo as três forças militares do país: o exército, a marinha e a aeronáutica. Indicou-se o general Jorge Rafael Videla como o primeiro presidente e líder do executivo em exercício no país. (NOVARO, PALERMO, 2007)

Foi a primeira vez na história argentina que as três forças atuaram de forma conjunta para alcançar e coordenar um golpe de Estado, procuraram além de dividir igualmente o governo, também dividir os organismos de opressão populacional e de subversão. Os governantes tiveram como missão pessoal a garantia de que houvesse o estabelecimento da ordem e que iriam lutar contra a subversão que, segundo os propugnadores, estavam por toda parte ameaçando a segurança nacional do país.

O governo estabelecido tinha, inicialmente, apoio das mídias dominantes e de diversas camadas sociais por causa do medo do comunismo, espalhado intencionalmente, e em decorrência do auge da Guerra Fria, ademais da ascensão e engrandecimento dos movimentos das guerrilhas que surgiam no interior do país.

Publicada como uma súmula, ficaria conhecida como a *Ata e os Objetivos Básicos do Processo de Reorganização Nacional* (1976), enviada para um dos maiores jornais argentinos, que foi escrita e amplamente difundida pelos militares que tomaram o poder, na qual descreviam uma mensagem e os objetivos para respaldar o movimento de derrubada por governante constitucional, altamente influenciados pelo treinamento teórico militar francês e seus conceitos de subversão, inimigo interno e ameaça comunista.

[...] vigência dos valores da moral cristã, da tradição nacional e da dignidade do que é ser argentino; [...] vigência da segurança nacional, erradicando a subversão e as causas que favorecem sua existência [...] relação harmônica entre o Estado, o capital e o trabalho, com o desenvolvimento fortalecido das estruturas empresariais e sindicais ajustadas a seus fins específicos [...] conformação de um sistema educacional [...] que sirva efetivamente aos objetivos da nação [...] inserção internacional no mundo ocidental e cristão (La Nación, 25.03.1976)<sup>7</sup>

<sup>7</sup> “Acta fijando el propósito y los objetivos básicos para el PRN”. En: Junta Militar. Documentos Básicos y Bases Políticas de las Fuerzas Armadas para el Proceso de Reorganización Nacional. Buenos Aires: Imprenta del Congreso de la Nación, 1980, pp. 3-27.

Além disso, a Ata (1976) outorgou diversos poderes exclusivos para a Junta Militar, por exemplo, o comando supremo de todas as forças de segurança do país para que houvesse uma centralização nas mãos do governo nacional a decisão maior na tomada de medidas. Com o intuito de que houvesse a luta incessante contra a subversão nacional criou-se a Estratégia Nacional Contra Subversiva (ENC), o documento que foi concebido em conjunto com as diversas forças repressivas estatais seria para a aplicação integral no país, atuando desde o nível mais alto do Estado até a atuação regional e local. Para que isso acontecesse, a Estratégia dividiu e promoveu o zoneamento do território argentino em cinco zonas de segurança, tal qual fizeram os franceses na Argélia, e em seguida a divisão em sub zonas e áreas, inspirados no sistema de vigilância francês, aumentando consideravelmente a aplicação e eficácia da luta contra a subversão empreendida internamente (NOVARO, PALERMO, 2007). Uma característica dominante da divisão territorial argentina e a influência francesa nesse processo foi a colocação dos opositores, sob a jurisdição da justiça militar, e em caso de atuarem de forma suspeita ficariam nas mãos e sob responsabilidade das forças armadas e não dos poderes jurídicos comuns. Houve assim a mudança de orientação da lei quanto ao desenvolvimento de ações bélicas voltadas ao exterior, focando a partir daí, no inimigo interno como o principal. Os opositores, segundo o regime, seriam todos os que se enquadram nos conceitos de subversão e atuavam de forma a desafiar os militares e ideologia no poder<sup>8</sup>.

Em um outro trecho da Ata inicial, é possível constatar a organização que seria utilizada para conseguir os determinados fins:

“Sob cada um deles havia uma estrutura hierárquica que, por sua vez, tinha agências especializadas que lidavam com tarefas específicas, organizadas para lidar com aspectos particulares, unidades territoriais e operacionais. Na base, onde os, já mencionados, estão, espaços de repressão reduzido -urbano, suburbano, rural-, com sua própria jurisdição e articuladas em Unidades de Comando, responsáveis pelos Centros de Alta Intensidade Repressivas. Acima deles estavam as Unidades de Inteligência, a cargo dos Centros de Extermínio. No topo, esses ramos do Estado terrorista se complementam, para atingir seu objetivo de "Erradicar a subversão"<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Junta Militar. Acta fijando el propósito..., Op. cit.

<sup>9</sup> Junta Militar. Acta fijando el propósito..., Op. cit., p. 7



O governo estabelecido continha um forte teor conservador e procurava, dentro das teorias ensinadas pelos militares franceses e norte-americanos, manter sob controle toda e qualquer forma de subversão. O autodenominado Processo de Reorganização Nacional tinha como objetivo o restabelecimento da ordem, reorganizar as instituições e criar condições para devolver o poder às autoridades civis. Os objetivos seriam efetivamente concluídos pela junta militar seguindo os preceitos que levaria à luta contra a subversão.

Para os generais, a subversão seria toda ação de teor exposto ou clandestina que busca modificar ou destruir os valores morais já estabelecidos por um povo. As ações subversivas buscam tomar o poder e impor uma série de novos valores para a sociedade que procuram mudar a consciência humana afetando a moral e os princípios já estabelecidos pelo homem (VIOLA, JÁUREGUI, 1977). Dentro da Ata de Objetivos publicada pelos militares se contém, de forma bastante clara, o que deveria se lutar para estabelecer, entre eles, estaria a vigência da moral cristã, da tradição nacional, a segurança nacional, as relações harmônicas entre o Estado, o capital e o trabalho. No cerne dessa luta a ser travada, os militares colocaram como os inimigos, na verdade, a ideologia marxista que vinha crescendo e tomando forma dentro dos meios intelectuais e estudantis, além de ser latente nas elites latino-americanas no período que procuravam meios de promover o desenvolvimentos e nos conflitos mundiais em ação na Guerra Fria e de descolonização.

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) , na qual apoiou-se os militares e generais, é oriunda primariamente das noções norte americanas de segurança, entretanto sofreu alterações ao se comparar as noções originais nas quais foram providas com a experiência francesa e os fundamentos pelos quais preconizam. A princípio, a DNS surgiu como uma forma dos Estados Unidos da América (EUA) propagar e reproduzir o poder de acordo com seus preceitos, se fazendo presente hegemonicamente em todo globo. Por meio da utilização da Doutrina de Segurança Nacional, os Estados Unidos procuraram treinar em uma divisão institucional do Departamento de Defesa do país, conhecido como Escola das Américas.

A Escola das Américas, teria como objetivo principal o treinamento e a formação de militares latino americanos para a luta contra a insurgência comunista que poderia surgir no continente. No período, cerca de 4.000 militares argentinos e outros 40.000 militares oriundos de diversos países latino americanos obtiveram treinamento no local, situado no Panamá.

A DSN possui dois princípios fundamentais na qual se baseiam suas ideologias e desenvolvem suas estratégias políticas: as noções geopolíticas e o princípio da guerra total. A

noções geopolíticas pressupõe, originalmente, a divisão do mundo geograficamente a partir do conjunto de Estados existentes, entretanto a Doutrina de Segurança Nacional apresentou à geopolítica uma função vocativa do Estados, ou seja, uma disposição natural e espontânea a qual o Estado possui aptidão e propensão, a qual ele deveria perseguir e procurar os sinais que a levassem até ela. As características vocativas dos países ocidentais são propriedade privada, cristianismo e liberalismo, segundo essa doutrina. O Estado deveria garantir que se procurasse alcançar a vocação estabelecida e também seria o único com capacidade interpretativa para entendê-la e garantir que fosse genuína. A segunda característica trata-se do princípio de guerra total, que seria marcado pela utilização ilimitada de recursos humanos e materiais para se travar a guerra moderna. Um segundo aspecto para esse princípio é que para os teóricos da Doutrina de Segurança Nacional, toda guerra contra o comunismo é uma guerra pela sobrevivência, na qual deve ser utilizada e empregada as forças totais (COMBLIN, 1979).

O tema principal da Doutrina de Segurança Nacional na qual os EUA se pautavam era a ameaça comunista que rondava o mundo e a forte presença da União Soviética como potência no período histórico vigente. Porém, no caso argentino, a influência francesa seria a maior prerrogativa modeladora da DSN do país. A justificativa para essa adesão seria que a vertente teórica francesa introduziu novos elementos e correntes de pensamento após as guerras de descolonização da Indochina e da região do Magreb. Dentro do ideário francês, adotado pelas forças militares argentinas, o confronto se estende a todos os campos da vida, como o cultural, econômico, social e político e não se limita ao campo das relações militares (CAMPS, 1981)

Em consonância, a guerra contra revolucionária tinha como objetivo principal a debilitação do mundo ocidental e seus valores. Por isso houve, dentro do contexto nacional, a escolha da subversão como inimigo comum interno a qual deveria se combater a qualquer custo. Dentro do conceito subversivo pode-se exemplificar com: a guerra das guerrilhas, a ameaça das guerrilhas comunistas e peronistas. Estes movimentos civis nada mais seriam do que infiltrados que conduziriam o país à desordem se aproveitando dos problemas do Terceiro Mundo para espalhar e propagar seus ideais, além de fornecer instrumentos teóricos para a análise local e regional das realidades que provocariam a reflexão da população civil contra os valores dominantes. A subversão seria tratada como um ato de pura maldade e em contraposição com o militarismo estaria apresentado o duelo entre o bem e o mal. Para

combater o "vírus ideológico" que surgia dentro dos contextos sociais, uma guerra anti-subversão deveria ser travada de forma a combater toda e qualquer ameaça disseminada pelos marxistas, comunistas ou revolucionários (NOVARO, PALERMO, 2007).

Em 1974, houve a aplicação da Lei de Segurança Nacional, a qual determina todas as penalidades para as manifestações de atividades subversivas e preconiza como e tipifica os delitos.

“Quem tenta ou advoga por qualquer meio atingir os seus postulados ideológicos, alterar ou suprimir a ordem institucional e a paz social da nação, por meios não estabelecidos pelos dispositivos normativos que organizam a vida política, económica e social da nação” (Ley N° 20.840/1974, de 28 de septiembre. Ley de seguridad nacional)

Para que se pudesse atuar de forma eficaz, a guerra antissubversiva foi empreendida contra qualquer tipo de peronismo. O movimento populista foi identificado como um dos motivos de haver tanta subversão no território argentino. E também houve a busca para eliminar de forma física as organizações guerrilheiras, estudantis, grupos revolucionários de esquerda, movimentos sindicais, além dos simpatizantes do movimento de populismo (RAMPINELLI, 2021). Para isso, métodos de terrorismo estatal foram formados e institucionalizados dentro da ditadura argentina, utilizando das teorias e práticas difundida pelos militares franceses.

## **O Terrorismo de Estado e os Métodos de Tortura**

Para se fazer a análise da influência francesa e a forma violenta que atuou na mentalidade militar argentino faz-se necessário pincelar a atuação do Estado como detentor do monopólio da violência e como o terrorismo de Estado atua como degeneração do modelo protetivo que são estabelecidos pelos poder constitucionais. Em seguida, trata-se das formas e mecanismo estatal de repressão e técnicas de tortura estabelecidos na Argentina.

O Estado é uma comunidade humana que possui o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território (WEBER, 1919) e, sendo assim, o direito de usar a força física é atribuído a outras instituições ou pessoas apenas na medida que o Estado o permite. O Estado é considerado como a única fonte do “direito” de usar a violência (WEBER, 1919). Há, todavia, a existência de mecanismos legais que buscam frear e proteger

os indivíduos contra decisões arbitrárias providas do Estado. Esse direito se retira do Estado a partir de que grupos paralelos atuam dentro da sociedade de forma disruptiva. A condição defendida pelo Estado argentino no período do Processo de Reorganização Nacional utiliza-se de um conjunto de técnicas providas, principalmente, das teorias militares francesas que burlam e destroem o sistema legal e protetivo ao cidadão.

Para Karl Marx (1851), o Estado representa um instrumento de dominação de uma classe por outra, no caso a classe dominante, a partir de sua visão do mundo de base econômica, centrado nos modos de produção. O poder político e o Estado são o que mantêm a opressão de classes, então com o desaparecimento das classes, a política e o Estado perderiam seu espaço (MARX, 1851)

Em paralelo, o terrorismo é considerado uma peça fundamental nas relações de guerra moderna. O ato de provocar o terror é pela constante procura em controlar a população e aplicar métodos de terror se torna justificado pelos lados extremistas para provocar a sensação ininterrupta de insegurança dentro da sociedade civil para que a ameaça de uma morte violenta em qualquer ambiente provoque o isolamento e descrédito às organizações estatais, como a polícia. Na teoria francesa de guerra moderna e aplicação de terror psicológico, a sensação latente de insegurança faz com que a população se associe mais facilmente com o lado terrorista onde conseguem a percepção de segurança (TRINQUIER, 1965)

Dentro das formas de terrorismo, há o que se mostrou predominante no contexto das ditaduras latino americanas, que é o terrorismo provocado pelo próprio Estado. Para que isso ocorra instaura-se um regime de violência dentro do próprio território que é mantido e organizado pelo grupo político em poder. O grupo em poder utiliza-se do aparato repressivo do Estado de forma a causar o terror na população civil para lograr os interesses que representa, dessa maneira, atuam de forma a restringir os direitos humanos e as liberdades gerais e provocam, em diversos casos, o extermínio e assassinato em massa das pessoas consideradas inimigas, que são alvos do poder vigente. O terror, dentro da Doutrina de Segurança Nacional, passa a ser a maneira de atingir objetivos políticos, procura-se controlar todo homem internalizando princípios dominantes, no qual é facilitado pelos meios de comunicação em massa e o sistema de educação que propulsiona os valores do grupo em poder.

O terrorismo de Estado promovido na ditadura argentina foi comungante com a ideologia da segurança nacional, visto que se considerava que as organizações terroristas procuravam desestabilizar as instituições do Estado, e em adição implantou-se uma série de políticas públicas que tinham o objetivo de dismantelar as estruturas de proteção social providas pelo Estado. O governo formado, inicialmente, pela Junta Nacional (formados por membros do exército, marinha e força aérea) promoveu uma guerra anti-subversiva contra a população e conduziu os esforços na eliminação física das organizações guerrilheiras presentes no território, além dos movimentos de esquerda revolucionária, organizações sindicais, estudantis, entre outros. O terrorismo de Estado atuou de forma a eliminar os cidadãos através de um processo de desumanização e definição de quais atributos de tortura física e psicológica serão escolhidos e aplicados para que haja esse processo e a posterior aniquilação.

Por trás desses preceitos, inaugura-se o início de uma série de violências contra os direitos humanos dentro do território argentino que ficaria conhecido como a Guerra Suja. A Guerra Suja argentina surgiu como uma forma de aniquilar as guerrilhas esquerdistas do país, isto é, procuravam dizimar as organizações que mantinham orientação marxista-leninista ou qualquer outra que não estivesse dentro do escopo do modelo conservador da nação argentina. Para isso, uma série de táticas e métodos ilegais e violentos, sob influência francesa e da Doutrina de Segurança Nacional foram utilizadas a fim de minar qualquer tipo de resistência por parte da população civil e transgressores.

Segundo GUGLIOTTA (1985) a princípio, as táticas de guerra suja utilizadas contra uma guerrilha continham as seguintes características: Primeiro era necessário isolar a guerrilha de forma que ficassem sem suprimentos e sem comunicação, também haveria um processo contínuo de apreensão das armas dos indivíduos suspeitos de participarem de tais atos e organizações. As pessoas, geralmente, civis convivendo ao redor que poderiam participar indiretamente dos conflitos, seriam ameaçadas para evitar qualquer tipo de contato com a organização guerrilheira. Em seguida, haveria a fase na qual os militares passariam a assediar constantemente os cidadãos e moradores, fazendo com que apresentassem documentos de identificação em postos de controles montados em locais estratégicos, juntamente com constantes bloqueios de estrada em diversos pontos da cidade para que conseguissem vasculhar o carro dos suspeitos no envolvimento de guerrilhas. O passo final seria a realização da captura e interrogatório, com o intuito de fazer com que se entregasse

outros membros, e depois formassem uma corrente de interligações de suspeitos de participação no movimento (GUGLIOTTA, 1985). O preso que seria, teoricamente, momentâneo se transformaria em permanente, e obrigado a passar por diversos processos de tortura de maneira ilegal e sistemática, para por último ter o sumiço completo, assassinando-o.

A utilização de métodos ilegais de interrogação, sequestro e tortura levaram os militares a lograr o objetivo em aproximadamente 18 meses após o golpe de março de 1976. (CAMPS, 1981) Basicamente haviam acabado com qualquer foco de contra insurgência que pudesse haver dentro do território nacional. Não obstante, a utilização e fomentação da guerra suja não terminou com a realização do objetivo primário e passou a atacar de forma completamente arbitrária civis comuns como forma de praticar o terror e intimidar qualquer movimento de resistência à ditadura, dissidência política e ameaças à Doutrina de Segurança Nacional.

A tortura se tornou uma instituição de Estado, ao passo que, foi utilizada de forma sistemática e regular dentro do governo ditatorial argentino. A realização de atos de ilegalidade tornou-se uma realidade cruel para os cidadãos argentinos, visto que o Estado passou de protetor e zelador dos direitos humanos para o planejador sistemático de atos terroristas contra os indivíduos. O Estado passou a fazer todo o planejamento repressivo, criando complexos e coordenadas para a realização de sequestros, tortura e assassinatos de maneira deliberada. O Estado argentino converteu-se de forma a anular o dever estatal de zelar pelos direitos humanos e a integridade dos cidadãos. Configurou-se, então, a criação de um sistema e um aparato repressivo e terrorista no qual englobou toda a sociedade e qualquer um que tentasse intervir (CAÑON VOIRIN, 2020)

Dentro das escolas francesas a que os militares argentinos tiveram acesso, havia formações específicas sobre o tema e instruções específicas sobre como tornar a execução e a tortura uma ação limpa, sem sadismo e sem deixar marcas visíveis. Outro aspecto pelo qual se deve aos escritos de Roger Trinquier (1965) é a adoção da *Doutrina de Clandestinidade* na qual a ditadura argentina, além de outras do cone sul, foram adeptas. Baseia-se em uma repressão com base no ocultamento dos centros de detenção, promovendo o desaparecimento repentino das pessoas e, em seguida, o desaparecimento de seus corpos, deixando suas famílias e amigos sem notícias e desorientados com o sumiço repentino e silencioso das vítimas do Estado.

Inspirados, juntamente, pelos militares nazistas, houve a aplicação do *Método Nacht und Nebel* (em português Método Noite e Névoa) para se fazer o desaparecimentos das pessoas. O método consistia em haver ataques e sequestros durante a noite, e era o responsável por raptar ativistas políticos e quem ameaçasse a segurança pública do III Reich (NOVARO, PALERMO, 2007). O recurso é utilizado, segundo os alemães nazistas, para que houvesse a paralisação, pânico e imobilidade das pessoas ao redor, especialmente em casos de familiares e amigos para poderem parar de procurar e permanecer no imobilismo do choque.

“Em seus fundamentos, se explica que a execução não era arma de dissuasão suficiente contra as ameaças desses grupos; necessitava-se força psicológica além da força física. Portanto os agitadores que não fossem mortos ao serem detidos seriam trasladados a um lugar desconhecido, e ninguém jamais se inteiraria de seu destino. Os amigos e familiares ficariam sempre na incerteza. E os que sentissem tentados a participar em atividades contra os alemães temeriam desaparecer, como seus entes queridos, na “noite e na névoa”” (NOVARO, PALERMO, 2007. p.140)

O campo de concentração apareceu no contexto argentino como a melhor maneira de conseguir alcançar os objetivos de exterminar todos os elementos que o governo em vigor considerava subversivo. O campo de concentração sob nomenclatura de Centros Clandestinos de Detenção (CDO) é um mecanismo que atuou como uma engrenagem de poder e se manifestou a partir do desaparecimento das pessoas e procurou operar como uma extensão do medo para a sociedade. Os locais se tratavam de instalações secretas em diversas localidades dentro do território argentino, principalmente nas grandes cidades como Buenos Aires, Córdoba, Tucumán e Neuquén (CALVEIRO, 1998). Os locais eram utilizados pelas forças armadas e de segurança para a promoção da tortura sistemática, além do desaparecimento e ocultação de corpos dos considerados inimigos e dissidentes políticos pelos militares. Foram constatados dois tipos de classificação para os Centros Clandestinos de Detenção: o Lugar de Reunião de Detidos (LRD) que tratavam de lugares fixos, estrategicamente localizados e bem estruturados que pudessem realizar todos os procedimentos, como detenção, tortura e assassinato em grandes escalas. Já o segundo tipo era conhecido como Lugar Transitório, se tratavam de locais precários e sem boa estruturação e geralmente serviam apenas como alojamento para a possível transferência posterior dos detentos (CALVEIRO, 1998)

A estatística fala na operação de ao menos 610 centros espalhados por todo território argentino, mas a grande maioria operou de forma temporária (CONADEP, 1984). Após o início do Processo de Reorganização Nacional, o número estabilizou em 364 e se foi reduzindo até meados dos anos 1980, onde permaneceu em funcionamento até 1983 o CDO mais conhecido, dentro da Escola Superior de Mecânica da Armada (ESMA), localizado na cidade de Buenos Aires (MABEL, 2006). Dentro das diferenças entre hierarquia e métodos de tortura específicos para cada caso, as instalações ainda contavam com semelhanças em todas elas, tais como a presença de pelo menos uma sala de tortura em suas instalações, além de amplos espaços para deixar os sequestrados e desaparecidos e as instalações feitas para se haver a habitação dos oficiais militares em um prédio separado. Por último, também poderia haver instalações médicas e religiosas para a utilização dos oficiais e guardas locais

Na Argentina, os responsáveis eram denominados os Grupos de Tarefas (GT), também conhecidos como “*patotas*”, eles eram os responsáveis por atuarem nos sequestros das pessoas escolhidas. Ao desembarcarem no CDO, os mesmos integrantes responsáveis pelo sequestro atuavam na tortura do sequestrado, enquanto mantinham os alvos encapuzados. O processo de interrogação poderia durar diversas horas e se prolongar por até dois meses, em média. Depois disso, sobraram poucas opções para os torturados, como a deportação e exílio conhecido como *branqueio*, a liberdade (em pouquíssimos casos), e em terceira opção poderiam manter o desaparecimento utilizando a pessoa como escravo ou colaborador (CALVEIRO, 1998). A grande maioria se encaminharia para o assassinato e a disposição clandestina do corpo.

O método de sequestro e desaparecimentos necessitava que houvesse coordenação e comunicação entre as diversas forças envolvidas na repressão dos considerados subversivos. Para que não houvesse interferência havia uma comunicação interna que solicitava “zona liberada”, ou seja, avisava os outros grupos de tarefa e poderes militares para que não tivesse desencontros desnecessários durante o processo e, além disso, as diversas forças repressivas se mantinham em silêncio quando familiares e amigos procurassem pelo desaparecido.

A guerra antissubversiva travada, levou a ditadura militar argentina a um patamar de violência extrema. Tornou-se comum haver assassinatos, sequestros, desaparecimentos repentinos e todos eram promovidos, sistematizados e coordenados por diversas forças repressivas estatais atuando pelo mesmo propósito (RAMPINELLI, 2012). O indivíduo, ao se deparar em um centro clandestino, era submetido a processos de tortura desde o primeiro



momento até que se obtivesse as informações completas. E mesmo obtendo, haveria o risco de manterem a tortura sistemática até a desumanização do indivíduo. A complexa máquina de matar que se instalou no solo argentino chegou a contar com centenas de centros de detenção e tortura, além de um enorme contingente de militares para a promoção das torturas e execuções. Os militares procuraram, além de utilizar os ensinamentos e treinamentos franceses, forjar os próprios métodos de provocar desaparecimentos. Com base nas influências locais geográficas e ideológicas, cunhou-se métodos como lançar os sequestrados em vida ao mar em vôos noturno, sequestro de bebês e a posterior adoção por parte dos apoiadores do sistema repressivo, além da exploração sistemática dos presos como mão de obra escrava, evitando assim a contratação de pessoas para certas tarefas dentro dos quartéis gerais.

Dentro da série de torturas e métodos de crueldade, algumas foram oriundas do pensamento dos militares ditatoriais do cone sul, as quais foram adaptadas para os contextos locais, porém orientadas e influenciadas pelos preceitos franceses. Uma das práticas mais cruéis e cometidas pelas autoridades argentinas se trata dos *Vuelos de la Muerte* (Voos da Morte), a prática foi difundida por todo país e utilizada como forma de assassinato em massa de milhares de sequestrados pelo Processo de Reorganização Nacional (VERBITSKY, 1995). Os voos da morte consistiram em lançar os sequestrados através de aviões militares para o mar ou corpos d'água em geral.

O sequestrado, na maior parte dos casos, permanecia vivo ou sob utilização de certos tipos de drogas e depois era atirado para fora do avião (VERBITSKY, 1995). O processo de escolha do método de extermínio contou com o auxílio da Igreja Católica (SCILINGO, 1997), que já havia vetado a utilização de fuzilamento, como utilizado no Chile e na Espanha anteriormente. A justificativa é de que esse método seria mais cristão e aceitável perante os preceitos eclesiásticos. Os envolvidos no método de extermínio logo após receberiam o consolo dos capelães à disposição das forças armadas para haver o perdão dos pecados pelo assassinato. Com a utilização desse método de extermínio, diversos corpos foram encontrados à beira de costas de balneários e foram enterrados sob a sigla NN (*Nome Desconhecido*, em latim).

Outro aspecto que favorece as peculiaridades dos métodos de tortura estabelecidos durante a PRN está no fato de existir centros clandestino femininos e maternidades clandestinas, para que as mães presas por atos subversivos pudessem gerar e ter o filho, em

consonância com os valores cristãos. Após o nascimento, a mãe passaria pelo processo de tortura até o destino final que seria o assassinato. Em alguns casos, os bebês seguiram também o destino dos pais, entretanto o protocolo regular estabelecia que a criança fosse apropriada e dada em adoção a famílias de militares ou aos próprios membros dos grupos de tarefas. Essa violação dos direitos humanos também demandou o aval de setores da Igreja Católica argentina que, por meio do grupo Movimento Familiar Cristão (MFC), fez a interligação entre famílias de militares e os bebês nascidos em presídios. Houve cerca de 200 fatos ocorridos desse tipo registrados oficialmente pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (Conadep), comissão criada após o final da ditadura militar argentina para pesquisar as graves violações dos direitos humanos na guerra suja (MENNIG, 2013).

A violência e tortura feminina também é abordado e se mostrou latente dentro dos CDOs. O terrorismo de Estado também deixou marcas em muitas mulheres argentinas que foram sequestradas e torturadas, estas, além de todos os métodos tradicionais também sofreram com abusos e agressões sexuais dentro dos Centros de Detenção (MARTÍNEZ, 2017). Foi durante o período de Terrorismo de Estado que violações sexuais se tornaram métodos reconhecidos de tortura, por ter sido praticada de forma massiva e sistematicamente como maneira de colocar as mulheres em suas posições de submissão em relação ao patriarcado.

A influência francesa provocou a internalização e a criação do conceito de inimigo interno, também sobredimensionou o impacto da comunidade informativa e inverteu o principal preceito de subordinação das forças armadas à população civil, provocando aumento excessivo da autonomia das forças militares, além da militarização da sociedade como um todo. O terrorismo empreendido dentro do contexto do Processo de Reorganização Nacional, como a adoção de salas de tortura, centros clandestinos de detenção, a aplicação de voos da morte para disposição ilegal dos corpos, faz com que a guerra suja seja considerada um feito político. As estratégias desenvolvidas durante a ditadura das forças armadas se pautavam no alinhamento e coordenação sistemática e cruel das ações de inteligência para o domínio do espaço geográfico. A substituição do nome das pessoas por um número procura despersonalizar os indivíduos para que aja no psicológico dos detentos, deixando-os sem personalidade, para que as humilhações públicas que sofrem alcance o objetivo de tornar todo

processo de tortura e concentração, algo burocrático, retirando a noção de sujeitos e de racionalidade para identificá-los como não detentores de direitos.

### **Considerações Finais**

As reflexões acerca da influência francesa permitem considerar a confluência de estudos e métodos de dominação ideológica que as potências centrais desempenharam nos governos autoritários da América do Sul, especialmente, se tratando da última ditadura argentina autodenominada de Processo de Reorganização Nacional que o país passou nos anos de 1976 até 1983. Dentro dos aspectos e características que sobrepuseram dentro do regime militar é possível observar a maneira como se fluem os ideais dominante para os países do sul global e a forma como atuam a desestabilizar violentamente a forma de organização vigente e estruturante para que se faça manter o processo de colonização mental, econômica e social das sociedades.

A análise inicial evidencia que a produção teórica da guerra moderna pauta-se por um processo histórico envolvendo imperialismo e seus conflitos de descolonização. Conforme os países localizados nos continentes africanos e asiáticos promoviam suas guerras de libertação dos poderes centrais, locais como a Argélia e a Indochina se tornaram Estados e descolonizados -concomitante ao- avanço da União Soviética e dos regimes comunistas em diversos países, como a China, também propiciou um clima de pânico entre os países ocidentais. O ocidente capitalista procurou conter e desestimular revoluções e a progressão crescente de Estados ligados a essa ideologia por meio da violência física e psicológica promovendo e patrocinando o desvio de seus governantes para regimes militares. Para que isso ocorresse, diversas ramificações de acadêmicos da guerra processam as informações, teorizando e formulando ações extremas de terrorismo estatal, atuando de maneira a aplicar novos métodos de tortura contra a população civil cruzando uma guerra contra os inimigos projetados no interior dos Estados nacionais..

Em comparação com os métodos utilizados nas guerras de descolonização francesas na região do Magreb e no sudeste asiático, o governo argentino em cooperação sistemática com os militares franceses, inspirados no escritos teóricos de Roger Trinquier (1965), travaram uma cruzada dentro do país, de forma a eliminar de qualquer maneira o inimigo

interno escolhido: a subversão. A eliminação seria de qualquer indivíduo ou movimento que atuasse contra os valores dominantes da sociedade conservadora nacional. Por meio das incursões militares e modelos teóricos, conseguiram o aperfeiçoamento das técnicas de choque elétrico, métodos de radiografia dos detentos, sequestros realizados durante a noite, tortura sistemática. Procuraram cunhar sua própria guerra psicológica, adaptando para a realidade regional com o apoio dos setores dominantes da sociedade argentina, havendo a promoção de desaparecimentos e voos da morte, que consistem em lançar os corpos em rios ou diques. Além da prática de queimar os corpos ou enterrá-los em valas comuns, cemitérios, terrenos militares ou outros locais sem identificação, agindo na clandestinidade e mantendo os familiares e amigos sem respostas.

Os preceitos foram definidos e expostos pelos teóricos militares franceses em sua cooperação e influência dentro do território argentino e existe uma correlação muito grande em relação aos métodos e as ações que tomariam a partir da década de 1970. Apesar de possuírem fortíssima ligação com o ocorrido, os franceses não ensinaram propriamente as técnicas de tortura de de interrogação por si mesmos. O entendimento que se leva é que a visão francesa colaborou e corroborou com os moldes de pensamento que aceitam essas práticas, além de ensinar propriamente a respeito da guerra revolucionária, abarcando e proporcionando as bases teóricas e bibliográficas que justificam essa visão de mundo, além de ajudarem a definir o inimigo a ser perseguido.

A ideologia atuou como um grande definidor dos fatores políticos, visto o grande avanço do anticomunismo que se propagou nos meios militares com o avanço das missões militares estrangeiras. A geopolítica possuiu um grande papel como forma de definir os aspectos do inimigo. Defende-se que muitos outros fatores como a história, a política, cultura, economia e o social tiveram seu papel em procurar explicar a realidade e pelas perspectivas que levaram ao desempenho da conduta política pelo qual a junta militar argentina teve em seu país. As técnicas e métodos atuaram através de formas que desrespeitam os direitos humanos sob o preceito de que fossem levados adiante ideais supostamente ocidentais.

O Processo de Reorganização Nacional, influenciado massivamente pelo militarismo francês, tornou o Estado argentino, além de supressor da oposição e do comunismo, um supressor do bem-estar do homem. A influência francesa inspirou nos militares argentinos um processo de neurose e psicose, distorcendo o tamanho das ameaças e provocando um

exagero que custou a vida de milhares de pessoas. Os militares argentinos criaram e disseminaram os movimentos coordenados de terror, por meio do aparelho estatal, fazendo com que o golpe militar, em conjunto com as outras ditaduras da região do cone sul, se tornassem áreas massivas de violação de sistemática de direitos humanos e da dignidade do ser. É de extrema importância que se relembre e mantenha viva a memória dos acontecimentos brutais que ocorreram no PRN para que se repudie e que as gerações futuras atuem de forma a não apenas recusar o engrandecimento de ideologias extremistas crescentes, mas também se empenhem em contrariar e mantê-las no ostracismo.

### Referências Bibliográficas

“Acta fijando el propósito y los objetivos básicos para el PRN”. En: Junta Militar. Documentos Básicos y Bases Políticas de las Fuerzas Armadas para el Proceso de Reorganización Nacional. Buenos Aires: Imprenta del Congreso de la Nación, 1980, pp. 3-27.

Argentina. Ley N° 20.840/1974, de 28 de septiembre. Ley de seguridad nacional. Penalidades para las actividades subversivas en todas sus manifestaciones, Boletín Oficial, 2 de octubre de 1974, núm. 23.006, p. 2

ARON, Raymond. “Paz e Guerra entre as Nações”. Editora Universidade de Brasília. São Paulo, 2002 [1962]

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. Neves. *O Brasil republicano: o tempo das ditaduras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.13-43

CALVEIRO, Pilar. **Poder Y Desaparición**. Buenos Aires: Colihue, 2004.

CAMPS, Ramón “Derrota de la subversión. Apogeo y declinación de la guerrilla en la Argentina”, La Prensa, 4 de Janeiro de 1981

CAÑÓN VOIRIN, Julio Lisandro. El terrorismo de Estado en Argentina (1976-1983). Naveg@mérica. Revista Electrónica Editada Por La Asociación Española de Americanistas, Santiago de Compostela, v. 24, p. 1-25, mar. 2020.

CAÑÓN VOIRIN, J. L. (2012). La guerra revolucionaria en la perspectiva de las FF.AA. argentinas. *Naveg@mérica. Revista electrónica Editada Por La Asociación Española De*

*Americanistas*, (9).

COGGIOLA, Osvaldo. **A REVOLUÇÃO CHINESA**. São Paulo: Moderna, 1985

COMBLIN, Joseph. *Ideología de segurança nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Comisión Nacional sobre la Desaparición de las Personas (1984). [Nunca Más](#). [S.l.]: Buenos Aires: Eudeba.

CUSTODIO, Tiago Oliveira. A Frente de Libertação Nacional na Guerra Por Independência e na Formação do Estado Argelino. 2016. 53 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência Política e Sociologia) –Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2016.

DIALLO, Mamadou Alpha. “África Ocidental: Oportunidades e Desafios da Integração Regional Frente às Relações Interafricanas (Desde os anos 1960)”. Tese de Doutorado submetida ao Programa de Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS. Porto Alegre, 2015.

FEBBRO, Eduardo. **A batalha de Argel na América do Sul**. 2012. Tradução: Marco Aurélio Weissheimer. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/A-batalha-de-Argel-na-America-do-Sul%250D%250A/6/25679>. Acesso em: 25 nov. 2020.

FROMENT, Marília Bonafé. A batalha de Argel: uma perspectiva sobre a dificuldade de uma definição do terrorismo no direito internacional. 2013. 45 f. Monografia (Bacharelado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

GUGLIOTTA, Guy. **Argentina: The Military in Power - 1976-83**. 1985.

GRAND D’ ESNON, Henri. Guerra Subversiva. Revista de La Escuela Superior de Guerra, Buenos Aires, v. 338, p. 339-352, jul. 1960.

HERRERA, Genaro A. *El pensamiento político de los militares*. Santiago: Centro de Investigaciones Socioeconómicas, 1986. 6ª. Edição

HRBEK, Ivan. “A África setentrional e o Chifre da África”. In: MAZRUI, A. A. História Geral da África Vol. VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO/MEC/UFSCar, 2010.

LANUSSE, Agustín. Palabras que pronunciara el señor coronel D. Alejandro Agustín Lanusse, en la ceremonia de egreso de oficiales de Estado Mayor, el día 17/12/60. Revista de La Escuela Superior de Guerra, Buenos Aires, v. 339, p. 680-680, dez. 1960.

MABEL, Alicia (2006). *La Escuelita. Relatos testimoniales*. Buenos Aires: La Bohemia

MARTÍNEZ, Paola. Cuerpos y subjetividades en disputa: Experiencias femeninas en los

centros clandestinos de detención en Argentina (1976 1983).L'Ordinaire des Amériques [en línea]. 2017, n. 222. Disponible en <http://journals.openedition.org/orda/3491>

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo , v. 23, n. 67, p.39-50,jun.2008. acessos em 15 set 2020.

MARX, Karl. “La guerra civil en Francia”. 1871.

MAZZEI, D. H. (2013). La misión militar francesa en la escuela superior de Guerra y los orígenes de la Guerra Sucia, 1957-1962. Revista de Ciencias Sociales 13, 105-137.

MENNIG, Regina. **América Latina Filhos "roubados" da ditadura argentina ainda lutam com o passado.** Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/filhos-roubados-da-ditadura-argentina-ainda-lutam-com-o-passado/a-16704401>. Acesso em: 20 nov. 2020.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: do golpe de estado à restauração democrática. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. 752 p. Tradução: Alexandra de Mello e Silva.

*Nunca Más*. CONADEP 20ª ed. [S.l.]: Eudeba. Maio de 1995. p. 120. 490 páginas.

ORSOLINI, Mario Horacio. La crisis del Ejército: colección día venidero. Buenos Aires: Ediciones Arayú, 1964. 93 p.

POERNER, A. Argélia: o caminho da independência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Procuraduría de Crímenes contra la Humanidad. **Informe Estadístico sobre el Estado de las Causas por Delitos de Lesa Humanidad en Argentina.** Argentina: Ministerio Publico Fiscal, 2017.

RAMPINELLI, Waldir José. O terrorismo de Estado na Argentina. REBELA-Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos, v. 2, n. 1, 2012.

ROMERO, Luis Alberto. História Contemporânea da Argentina. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

SCILINGO: "LOS VUELOS DE LA MUERTE ERAN APROBADOS POR LA JERARQUÍA DE LA IGLESIA". Buenos Aires, 04 out. 1997. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20070928003157/http://www.laopinion-rafaela.com.ar/opinion/2005/01/27/c512777.htm>. Acesso em: 10 dez. 2020.

TRINQUIER, Roger. Modern Warfare: A French View of Counterinsurgency: Praeger

Security International (PSI). Londres: Diane Publishing, 1964.

VALDÉS, Jorge Alberto Tapia. *El terrorismo de Estado: la doctrina de la seguridad nacional en el Cono Sur*. México (DF): Editorial Nueva Imagen, 1980

VERBITSKY, Horacio (1995). [El vuelo \(Texto completo\)](#). Buenos Aires: Planeta - Espejo de la Argentina. Consultado em 10 de janeiro de 2021. Arquivado do [original](#) em 15 de outubro de 2008

VEZZETTI, Hugo. Lecciones de la memoria. A los 25 años de la implantación del terrorismo de Estado. Revista Punto de Vista, v. 70, p. 12-18, 2001.

VILLEGAS, Osiris. Guerra Revolucionaria Comunista. Buenos Aires: Círculo Militar, 1962, p. 66.

VIOLA, Roberto Eduardo; JÁUREGUI, Luciano. Entrevista Coletiva, La Nación, 20.04.1977

WEBER, Max. A Política como Vocação. In: WEBER, Max. *Ciência e Política, Duas Vocações*. São Paulo: Editora Cultrix, 1996. p. 53-124

YAZBEK, M. Argélia: a guerra e a independência. São Paulo: Brasiliense, 1983.